

O socorro

MUNDO

Quinta-feira, 17-10-85 — O ESTADO DE S. PAULO

Linda Ext

dos EUA

O governo Reagan estuda a criação do "superbanco", que emprestaria US\$ 20 bilhões aos endividados nos próximos três anos.

O que era apenas uma proposta agora começa a tornar-se realidade. O governo do presidente Ronald Reagan está estudando seriamente a constituição de um "superbanco" para ajudar na rolagem da dívida externa do Terceiro Mundo. A notícia foi confirmada ontem em Washington, ao mesmo tempo que, em Nova York, o representante dos EUA na ONU, John Reed, reafirmava a disposição de seu governo de adotar "medidas concretas" sobre o problema.

Em troca de mais empréstimos, o Terceiro Mundo deverá adotar, segundo Reed, políticas liberalizantes como o fim da intervenção do Estado na economia, livre flutuação dos preços, abertura de importações a produtos estrangeiros, além de reformas trabalhistas que tornem possível a queda dos salários. De acordo com Reed, um banqueiro recentemente designado para representar os EUA nas Nações Unidas, as nações endividadas precisam crescer. Mas, para isso, precisam empenhar-se em "políticas de ajuste", até porque é delas que depende a concessão de novos créditos pelos banqueiros privados.

A idéia de criação do "superbanco", a ser executada pelos bancos privados sob a coordenação da Reserva Federal (o banco central norte-americano), partiu do presidente da própria Reserva, Paul Volcker. E logo recebeu a adesão do secretário do Tesouro, James Baker, que se encarregou de anunciá-la na Assembléia Conjunta do Fundo Monetário Internacional-Banco Mundial, encerrada na semana passada em Seul.

Na mesma reunião, Baker sugeriu um plano pelo qual os países endividados receberiam US\$ 29 bilhões nos próximos três anos: US\$ 9 bilhões do Banco Mundial e US\$ 20 bilhões dos banqueiros privados. A proposta foi considerada bastante tímida, pois representaria uma disponibilidade adicional de recursos pouco superior a US\$ 9 bilhões por ano, frente a uma dívida externa do Terceiro Mundo estimada pelo Banco Mundial de US\$ 686 bilhões, dos quais US\$ 360 bilhões devidos pela América Latina.

Seja como for, o "superbanco" se encarregaria do repasse dos US\$ 20 bilhões, a partir de recursos recebidos dos principais bancos dos EUA. Cada banco privado teria direito a voto no "superbanco", na mesma proporção de sua contribuição para a integralização do seu capital.

Além disso, o "superbanco" centralizaria os créditos dos pequenos bancos, eliminando o demorado sistema até agora vigente, onde cada nova etapa de renegociação precisa ser discutida separadamente com centenas de instituições bancárias.

Volcker fica

O autor da idéia, Paul Volcker, desmentiu rumores surgidos na Casa Branca de que aceitaria a presidência do Banco Mundial. O atual presidente do Bird, Alden Clausen, já anunciou que não pretende reeleger-se em junho de 1986, quando termina o seu mandato de cinco anos à frente da instituição. Ele tomou a decisão depois de tomar conhecimento de que os meios financeiros norte-americanos desaprovam a sua gestão.

Segundo fontes de Washington, o governo Reagan estaria interessado em afastar Volcker da direção da Reserva Federal, em consequência de sua postura favorável ao rígido controle monetário. Ele também tem criticado o vultoso déficit público nos EUA, que cresceu acentuadamente desde que Reagan chegou ao governo. No entanto, os banqueiros privados já deram sinais de que apóiam a permanência de Volcker na FED pelo menos até o término de seu mandato, em agosto de 1987.

Argentina reclama

Ontem, nas Nações Unidas, também falou o representante da Argentina, Carlos Muniz. Ele sugeriu a rápida diminuição das taxas de juros, o aumento substancial do "fluxo de recursos para os países em desenvolvimento" e a eliminação de problemas que afetam "o preço e o volume das exportações". Estas três iniciativas, disse o embaixador, são essenciais para a solução do problema da dívida externa.

Lembrou que tanto a Argentina quanto os demais países credores não dispõem de "meios de reordenar e reorientar a economia internacional", a fim de eliminar os fatores que provocaram a atual crise. Mas "chegou a hora de agir porque nossos países precisam soluções urgentes" para retomar o caminho do crescimento. Cabe aos países industrializados, aos organismos financeiros internacionais e aos bancos privados assumir as suas responsabilidades na solução do problema, assim como já o fizeram as nações devedoras, no limite das suas possibilidades, disse Muniz.

Já o representante de Cuba, Abelardo Moreno, sustentou que o plano de Baker se limitará a distribuir "migalhas" de recursos aos países endividados. Para ele, as propostas feitas até agora não passam de "paliativos parciais que só têm por objetivo aparentar que se estão tomando medidas e que a situação está sob controle". Por isso, defendeu "soluções radicais".

Uma idéia para resolver a questão da dívida externa

Suspensão do pagamento dos juros por cinco anos, criação de um fundo de reserva (de US\$ 6 bilhões por ano) e ampliação para 20 anos do prazo para amortização do principal e dos juros. Essa é a proposta apresentada ontem por um dos assessores do ministro do Planejamento, João Sayad, o economista Paulo Lira, ex-presidente do Banco Central (no governo Geisel) e atualmente assessor da Seplan para assuntos de dívida externa.

Basicamente, ele defende o desengajamento do Brasil em relação ao sistema financeiro internacional para poder enfrentar, em melhor situação, a questão da dívida. Lira não só considera essa proposta muito original como também acha que o País não tem outra alternativa.

De acordo com Lyra, que falou ontem no ciclo de debates sobre planejamento do Ipea, a idéia do desengajamento partiu de duas premissas básicas: a sociedade brasileira não estaria satisfeita com o atual sistema de refinanciamento da dívida e afasta duas hipóteses para negociação, que são a moratória e a possibilidade de aguardar uma solução genérica para o endividamento externo.

Crescimento econômico real em torno de 7 a 8%. É o objetivo pretendido por Paulo Lira com a sua proposta de desengajamento. Ele acredita que devam ser abandonados do cenário econômico taxas de crescimento "medíocres", como a que prevê o PND da Nova República, da ordem de 5 a 6% ao ano.